

**35º Reunião Brasileira de Antropologia (RBA)**  
**GT 033 - Antropologia, arquivos e fabulações críticas: novos usos documentais**  
**para futuros passados**

**Memória travesti e fabulação crítica: Xica Manicongo entre arquivos coloniais, arte e políticas da memória<sup>1</sup>**

Sol Alves de Lima<sup>2</sup>

**RESUMO:** Este artigo discute a construção da memória travesti a partir de uma perspectiva descolonial e transfeminista, tomando como eixo analítico a figura histórica de Xica Manicongo, considerada a primeira travesti de que se tem registro no Brasil colonial. Partindo das epistemologias travestis, compreendidas como saberes produzidos a partir das experiências, vivências e corporalidades travestis, o texto analisa como os regimes coloniais de poder estruturaram práticas de apagamento, violência e silenciamento nos arquivos históricos e nas políticas da memória. Dialogando com autoras e autores como Saidiya Hartman (2020), Veena Das (2011), Andreas Huyssen (2014), Maria Lugones (2014), Aleida Assmann (2023), Frantz Fanon (1989), Grada Kilomba (2019), Pietra Azevedo (2020), Dediane Souza (2023) e Michael Pollak (1989), o artigo mobiliza conceitos como fabulação crítica, memórias subterrâneas, colonialidade do gênero e políticas da memória para refletir sobre os limites dos arquivos coloniais e as possibilidades de reinscrição de vidas historicamente desumanizadas. A memória de Xica Manicongo é acionada como um dispositivo didático e político que permite tensionar narrativas travestifóbicas e eurocêtricas, evidenciando como a história das travestis foi frequentemente narrada apenas a partir da violência. Ao articular movimentos sociais, práticas artísticas contemporâneas e debates acadêmicos, o artigo sustenta que a memória travesti não se configura como uma busca por origens fixas, mas como um processo contínuo de reconstrução, disputa e criação de sentidos no presente. Nesse contexto, a memória emerge como prática política orientada não apenas à reparação do passado, mas à invenção de futuros possíveis, desafiando as estruturas coloniais que ainda moldam museus, arquivos e narrativas oficiais.

**PALAVRAS CHAVE:** Políticas de memória; arquivos coloniais; fabulação crítica

---

<sup>1</sup> O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

<sup>2</sup> Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Brasil. Trabalho apresentado na 35ª Reunião Brasileira de Antropologia (2026).

## INTRODUÇÃO

*Para termos consciência de quem somos precisamos de memória, de ter conhecimento de nossa história, de onde viemos, de que a nossa população lutou, e morreu, para que tivéssemos os mínimos direitos dos quais hoje gozamos.” (Jaqueline de Jesus)*

Neste artigo, discuto o regime colonial e seus impactos, destacando como a colonialidade estruturou relações de poder, impôs narrativas eurocêtricas e desumanizou os povos colonizados. Para isso, recorro a diferentes autoras e autores que me ajudam a evidenciar esses processos. No segundo capítulo, avanço para a reflexão sobre a ação descolonial<sup>3</sup>, baseando-me nas perspectivas de Françoise Vergès (2023) e Walter D Mignolo (2017). Os autores destacam que a decolonialidade não se resume a uma oposição ao colonialismo do passado, mas também questiona sua continuidade no presente, especialmente dentro das instituições museais.

Dediane Souza (2014) e Pietra Azevedo (2020) têm se destacado de maneira significativa na construção de uma epistemologia travesti. Ambas têm sido fundamentais ao questionar e redefinir as formas de conhecimento, trazendo à tona perspectivas que desafiam as abordagens tradicionais e centralizam as vivências travestis. Em sua obra, Pietra Azevedo (2020, p.22) propõe questionamentos centrais, como: O que implica ser uma travesti pesquisadora no reconhecimento da dimensão intersubjetiva e das relações de poder?

No desenvolver deste trabalho, vou apresentar o que denomino como memória travesti desafiando as narrativas travestifóbicas<sup>4</sup>. Também evoco as perspectivas do feminismo interseccional negro e do transfeminismo, que, ao abordar as múltiplas dimensões da opressão vivida, considera como o racismo, a travestifobia, o sexismo e o colonialismo se interseccionam e impactam a dimensão da vida, buscando uma transformação social que reconheça e valorize as experiências, saberes, memórias e lutas das travestis brasileiras.

Apresento a seguir os conceitos que são pertinentes para essa discussão, pois me permitem explorar diversas possibilidades teóricas. Utilizo os conceitos de Andreas

---

<sup>3</sup> Reconheço a importância de novas abordagens, como a contracolonialidade, conceito fundamental discutido por Antônio Nego Bispo (2023). No entanto, opto por manter o foco na decolonialidade para aprofundar esse debate dentro do escopo desta pesquisa.

<sup>4</sup> A transfobia e/ou travestifobia pode ser definida como o “preconceito e/ou discriminação em função da identidade de gênero de pessoas transexuais ou travestis” (Jesus, 2012, p. 29). Essa definição é ampliada e aprofundada por autoras como Pietra Azevedo (2024) e Dediane Souza (2024) que discute as múltiplas formas de violência estruturais e simbólicas que afetam essas populações em específico, ao mesmo tempo que destacam as resistências construídas no enfrentamento dessas opressões.

Huyssen (2014), com sua análise sobre as “políticas da memória”, e Saidiya Hartman (2020), que traz a noção de “fabulação crítica” como uma estratégia para compreender e reinterpretar as histórias de opressão. A proposta de Michael Pollak (1989), sobre as “memórias subterrâneas”, ajuda-me a refletir sobre os aspectos ocultos e silenciados das experiências históricas. Maria Lugones (2014) contribui com suas discussões sobre a “moderna-colonialidade” e a “colonialidade do gênero”, desafiando as narrativas hegemônicas e propondo uma análise crítica das intersecções entre humanidade, colonialismo, raça, gênero e poder.

Pretendo apresentar e dialogar com autoras/es e seus conceitos, que considero fundamentais para refletir sobre a dimensão da memória. Portanto, irei entrelaçar as ideias que apresentarei, tomando como referência a memória de Xica Manicongo, que considero didática. Trata-se de uma memória que desafia os limites impostos pelos arquivos coloniais<sup>5</sup>, me convidando a refletir sobre as possibilidades de reinterpretação da história a partir das ideias de Saidiya Hartman, escritora e teórica estadunidense. Reconhecida por suas contribuições inovadoras nos estudos da diáspora africana, afro-americanos, de gênero e teoria crítica, a autora dedica-se a explorar as histórias de violência, escravidão e liberdade, bem como a forma como essas experiências moldaram a subjetividade negra ao longo do tempo. Essa prática, que a autora chama de fabulação crítica, busca construir narrativas que devolvam alguma agência e humanidade às pessoas cujas existências foram brutalmente arrancadas de seu contexto.

Nessa discussão, também recorro às reflexões de Aleida Assmann, historiadora alemã e teórica da memória cultural, que oferece contribuições valiosas sobre o conceito de arquivo, em seu livro *Espaços de Recordações* (2011). A autora destaca que o arquivo, antes de ser apenas uma memória histórica, é essencialmente uma memória de dominação. Ela argumenta que o controle dos arquivos está intimamente relacionado ao controle da memória, já que, após uma mudança de poder político, os arquivos são reconfigurados para refletir as novas estruturas de legitimação e as narrativas que delas surgem.

## **XICA MANICONGO NOS ARQUIVOS DO BRASIL COLONIAL**

Ao refletir sobre a memória de Xica Manicongo, encontro novas possibilidades de análise nos apontamentos de Saidiya Hartman, apresentados em seu texto *Vênus em*

---

<sup>5</sup> Em seus trabalhos, a autora aborda de maneira incisiva o que chama de “limites dos arquivos”, destacando como as ausências, silêncios e distorções presentes nos registros históricos muitas vezes perpetuam as estruturas de opressão e invisibilizam as histórias de sujeitas marginalizadas.

*Dois Atos* (2020). Não há registros sobre Xica Manicongo além da denúncia feita por seu inquisidor, evidenciando que sua história sobrevive apenas em fragmentos, capturados pelo olhar colonial, que a reduziu à condição de “coisa” ou “objeto” a ser julgada. Dessa forma, o conceito de fabulação crítica, elaborado por Saidiya Hartman (2020), desafia as fronteiras do arquivo, utilizando a escrita para reconstruir possibilidades de vida e memória que resistem à opressão do olhar colonial. A partir dessas perspectivas, também parto dos questionamentos propostos pela autora:

Quem se dedica a historicizar a multidão, as pessoas despossuídas, subalternas e escravizadas, se vê tendo de enfrentar **o poder e a autoridade dos arquivos** e os limites que eles estabelecem com relação àquilo que pode ser conhecido, à perspectiva de quem importa e a quem possui a gravidade e a autoridade de agente histórico (Hartman, 2022, p. 11, grifo meu).

Com apenas fragmentos de sua vida registrados pelo olhar do colonizador e de seu denunciante, é relevante considerar a reflexão de Saidiya Hartman (2020) sobre a necessidade de séculos para que muitas pessoas conhecessem a existência de Xica Manicongo. Reafirmando que em 2025, inclusive, Xica Manicongo foi samba-enredo da escola de samba Paraíso do Tuiuti<sup>6</sup>. Neste contexto, exploro como essa dinâmica se manifesta na memória de Xica Manicongo, conectando-a às articulações e lutas promovidas pelos movimentos sociais e artísticos brasileiros na contemporaneidade, numa tentativa de retirar a sua memória de uma perspectiva extemporânea.

Nesse processo de reflexão, evoco Grada Kilomba, escritora, acadêmica, artista interdisciplinar e teórica cultural de origem portuguesa, cujas raízes estão em Angola e São Tomé e Príncipe, conhecida por seus trabalhos que exploram questões de raça, identidade, gênero, memória e colonialismo. A autora me oferece contribuições fundamentais: ela ajuda a compreender as dimensões da memória no mundo contemporâneo, ao mesmo tempo que ressalta a importância de não esquecer o passado colonial e os traumas que dele derivam. “O passado colonial foi ‘memorizado’ no sentido em que ‘não foi esquecido’. Às vezes, preferimos não lembrar, mas na verdade, não se pode esquecer” (Kilomba, 2019, p. 213).

---

<sup>6</sup> Como enredo, a história de Xica Manicongo, com a frase-tema: “Quem tem medo de Xica Manicongo?”, questionando quem tem interesse em apagar sua memória. Além disso, o desfile contou com a presença de Erika Hilton (Partido Socialismo e Liberdade), a primeira deputada federal travesti do Brasil, fortalecendo a mensagem de resistência e celebração da diversidade. Em sua página no *Twitter*, Erika Hilton destacou a importância do resgate histórico: “Xica teve sua história apagada por séculos, e o resgate de sua memória é também o fortalecimento das pessoas LGBTQIA+ perante aqueles que até hoje querem nos ver na fogueira.”

A “primeira” travesti brasileira de que temos registro, de origem africana, leva-me a uma reflexão importante sobre a construção de memória e identidade das sujeitas travestis no Brasil. O meu objetivo é evidenciar que, embora a expressão de gênero que hoje associamos à travestilidade não fosse reconhecida como tal na época, é possível analisar como as práticas de repressão e violência já eram direcionadas aos corpos que desafiavam as normas de gênero e sexualidade. A ausência de uma compreensão da travestilidade pode ser contextualizada pelas limitações do período histórico, conforme argumenta Maria Lugones (2014), que ressalta como as categorizações de gênero foram moldadas por estruturas e experiências influenciadas pela colonialidade do gênero.

Essas ações não se limitavam apenas àquelas relacionadas ao gênero, mas também se estendiam a práticas religiosas e a uma cosmovisão que, ao questionar e romper com as normas estabelecidas, oferecia uma perspectiva radicalmente diferente de ver o mundo. Embora posso visualizar esses processos por meio dos documentos disponíveis na Torre do Tombo, em Portugal, os quais podem ser acessados de forma online, isso por si só não é suficiente. É necessário adotar diversas abordagens para aprofundar essa análise e compreender as complexas dinâmicas em jogo.

Não pretendo buscar uma origem “fixa” para as travestis, mas entender como, a partir dos movimentos sociais, artísticos e acadêmicos, é possível construir uma memória que considere as múltiplas intersecções de identidade e experiência. A seguir, analiso a importância das ações dos movimentos sociais, com destaque para a ativista negra Marjorie Marchi, que nomeou Xica Manicongo, em 2010, e reivindicou sua identidade travesti na contemporaneidade. Devo também refletir sobre quantas outras Xicas a história e os arquivos silenciaram. O questionamento de Saidiya Hartman (2020) — “Quem é Vênus?” — me leva a perguntar: “Quem é Xica Manicongo?”. Essa pergunta, por si só, não tem uma resposta definitiva, pois há inúmeras histórias não contadas de travestis com circunstâncias semelhantes.

No diálogo com essa reflexão, destaca-se a dissertação de Maria Olisa (2026), que investiga a memória de travestis no interior do estado do Ceará a partir de uma abordagem comprometida com a fabulação crítica de Saidiya Hartman (2020). Ao analisar os inquéritos policiais sobre a morte de Chiquinha, sua pesquisa evidencia como esses documentos, longe de oferecerem um retrato sobre Chiquinha, são atravessados por travestifobia, estigmas, violências e enquadramentos que reduzem e distorcem a vida travesti. Nesse sentido, ao mobilizar a fabulação, Maria Olisa (2026) não busca preencher lacunas de forma arbitrária, mas tensionar o próprio arquivo,

interrogando seus silêncios e produzindo outras possibilidades narrativas. Seu trabalho, assim, contribui para deslocar Chiquinha do lugar exclusivo da violência, reinscrevendo sua existência a partir de vestígios que permitem reconhecer não apenas sua morte, mas as relações, afetos e modos de vida que constituíram sua presença na cidade de Aracati interior do estado do Ceará.

Frantz Fanon (1961) analisa as bases da violência na modernidade, destacando como o colonialismo gera uma violência estrutural que marca profundamente as identidades dos sujeitos colonizados e as relações sociais modernas. Essa perspectiva me permite explorar a construção da identidade travesti não como algo fixo ou originário, mas como um processo dinâmico e resistente, moldado pelas interações sociais e culturais ao longo do tempo. Especialmente quando essas memórias se revelam a partir da violência colonial, como pontua Saidiya Hartman (2020): “As histórias que existem não são sobre elas, mas sobre a violência.” (p. 15). Conforme também apontado por Frantz Fanon (1961), o mundo foi memorizado a partir da violência colonial:

Compartimentado, maniqueu, imóvel, mundo de estátuas: a estátua do general que fez a conquista, a estátua do engenheiro que construiu a ponte. **Mundo seguro de si**, esmagando com as suas pedras as feridas abertas pelo chicote. Eis aí o mundo colonial (Fanon, 1961, p.39, grifo meu).

Frantz Fanon, foi um psiquiatra, filósofo e escritor francês de origem martinicana, conhecido por suas contribuições ao pensamento pós-colonial e à luta contra a opressão racial e colonial, e em seu livro *Os Condenados da Terra* (1961) destaca uma realidade permeada pela fixidez e pela violência em seus múltiplos aspectos. Esses elementos não apenas estruturam as relações sociais no período colonial, mas também se perpetuam por meio das narrativas oficiais e dos monumentos que cristalizam o poder. Para o autor, as bases da violência na modernidade estão diretamente ligadas à estrutura do colonialismo, que desumaniza, submete e destrói as identidades dos povos colonizados, sendo a violência, tanto do colonizador quanto do colonizado, um reflexo dessa realidade histórica e social.

Essa leitura crítica da modernidade, dialoga com as reflexões de Andreas Huyssen, crítico literário, teórico cultural e professor alemão, amplamente reconhecido por suas contribuições nos campos da memória cultural, estudos sobre a modernidade e pós-modernidade, além de sua análise de literatura e artes. O autor explora a relação entre memória, direitos humanos, esquecimento, cultura e poder. O autor me ajuda a

compreender as diferentes geografias do modernismo (ou, melhor, dos modernismos) para pensar os diferentes movimentos da globalização cultural.

O artigo "Seduzidos *pela Memória* (2000), o autor destaca que a memória se tornou uma preocupação central nas cidades ocidentais, evidenciando uma mudança significativa no foco das sociedades ao longo do tempo. Nas primeiras décadas do século XX, a atenção estava voltada para o futuro, impulsionada pelos avanços tecnológicos, científicos e pela promessa de um progresso linear. No entanto, a partir da segunda metade do século XX, essa perspectiva começou a mudar, especialmente após o impacto devastador da Segunda Guerra Mundial. A crise humanitária e os horrores do conflito — como o Holocausto, que resultou na morte de milhões de judeus, ciganos, homossexuais e outras minorias — impulsionaram um movimento global em direção à criação de uma estrutura internacional de direitos humanos.

Nesse contexto, a criação da Organização das Nações Unidas (ONU), em 1945, e a subsequente adoção da Declaração Universal dos Direitos Humanos, em 1948, marcaram momentos decisivos para a promoção e proteção dos direitos fundamentais em uma escala global. Neste contexto, para o autor:

Não há dúvidas de que, em nossa época, a política da memória e os direitos humanos já estão mais intimamente ligados que nunca. Aliás, um marco atual do discurso dos direitos humanos é que ele se alimenta do discurso da memória, embora amiúde o deprecie. **A força permanente da política da memória continua a ser essencial para garantir os direitos no futuro.** Por mais que sua presença seja essencial para estabelecer regimes de direitos humanos onde eles ainda não existem, não podemos esquecer que a memória também pode alimentar violações dos direitos humanos, do mesmo modo que os direitos humanos estão expostos ao abuso político. (Huyssen, 2024, p. 210, grifo meu).

Aimé Césaire, em *Discurso sobre o Colonialismo* (1978), nos revela como a criação da Organização das Nações Unidas - ONU não significou uma mudança real nas estruturas de poder, mas sim uma forma de ocultar e perpetuar o colonialismo sob uma fachada de diplomacia internacional. De acordo com Andreas Huyssen (2014), isso sugere que a política da memória, embora muitas vezes associada à garantia de direitos humanos, também pode ser instrumentalizada, exposta a abusos políticos ou mesmo usada para reforçar exclusões.

A partir dessa perspectiva, percebo que a disputa pela memória vai além da correção de uma injustiça do passado; trata-se também de um processo ativo de construção de futuros. Assim, a memória torna-se uma prática política que transcende o

passado, abrindo caminhos para transformações sociais e culturais no presente e no futuro. Essa ideia dialoga com o conceito de Sankofa, ideograma adinkra que é usado para representar valores filosóficos, originários do povo Akan, simbolizado por um pássaro que olha para trás enquanto segue em frente, resgatando o passado para alimentar novas possibilidades. Como o pássaro que carrega um ovo no bico, a memória não é um retorno estagnado, mas um movimento contínuo de reconstrução e criação do passado-presente. Andreas Huyssen, em conformidade com esse saber ancestral, afirma que:

A memória é sempre o passado presente, o passado comemorado e produzido no presente, que inclui, de forma invariável, pontos cegos e evasões. **A memória, portanto, nunca é neutra.** Tal como a própria historiografia, por mais objetiva que pretenda ser, toda lembrança está sujeita a interesses e usos funcionais específicos (Huyssen, 2014, p. 181, grifo meu).

Neste primeiro momento, busquei compreender o conceito de memória por meio de autoras e autores que me ajudam a perceber como ela não é apenas uma construção do passado, mas uma política que se configura no presente. Agora, avanço para uma perspectiva que considera as dimensões racial e de gênero da modernidade colonial, sem desconsiderar o espaço-tempo em que essas dimensões se manifestam.

## **COLONIZAÇÃO DA MEMÓRIA: A TENTATIVA DE DESUMANIZAÇÃO**

Para compreender as implicações que emergem da memória de Xica Manicongo, recorro às reflexões de Maria Lugones (2014), que me ensina sobre a importância de abordar a história e a memória das sujeitas em toda a sua complexidade. Percebo, a partir de sua obra, a necessidade de considerar múltiplos contextos — sociais, culturais, raciais, ecológicos, espirituais, cosmológicos, econômicos e políticos — para uma compreensão mais ampla e crítica dessas trajetórias.

Ao questionar a lógica categorial moderna-colonial, Maria Lugones (2014) destaca como a modernidade organiza o mundo por meio de dicotomias hierárquicas e rígidas (homem/mulher, branco/negro, heterossexual/homossexual), criando categorias atômicas, isto é, concepções separadas entre si, sem espaço para intersecções. Essa lógica, portanto, desempenha um papel central na produção de invisibilidades, pois não permite a coexistência de complexidades e suprime a interconexão entre identidades diversas, deixando-as à margem e reforçando as divisões impostas pelo sistema colonial.



Me permitam também apresentar as intelectuais que pesquisam e trazem à tona os estudos sobre a memória de travestis, como Jaqueline de Jesus<sup>7</sup>, uma das principais intelectuais transfeministas do Brasil. De acordo com Jaqueline de Jesus (2019) “[...] o registro da existência de Xica Manicongo se deve à extensa pesquisa de Luiz Mott pela perseguição aos chamados ‘sodomitas’ no Brasil, a partir da documentação inquisitorial encontrada no arquivo da Torre do Tombo<sup>8</sup>, em Portugal. (Jesus, 2019, p. 251-252). Nesses arquivos, foi possível encontrar documentos sobre as denúncias feitas contra Xica Manicongo, desde a primeira visita do Santo Ofício à Bahia, em 1591.

Esse achado de Luiz Mott na Torre do Tombo exemplifica bem o conceito de “memórias subterrâneas” proposta por Michael Pollak (1989), sociólogo francês especializado em memória social e coletiva. O autor estuda como as sociedades lidam com traumas históricos<sup>9</sup>, repressões políticas e eventos violentos, e descreve as memórias dos sujeitos marginalizados como frequentemente silenciadas pelas narrativas dominantes. No entanto, essas memórias, apesar de ficarem “enterradas” por um tempo, acabam ressurgindo de forma disruptiva, provocando ruídos e questionando as versões oficiais da história. O resgate da história de Xica Manicongo, através dos documentos encontrados por Mott, é um exemplo de como essas memórias podem, finalmente, vir à tona, desafiando as narrativas hegemônicas e buscando, assim, seu lugar legítimo na construção da memória.

Xica Manicongo, de origem congoleza, nasceu em uma região que, durante o período colonial, fazia parte do Reino do Congo. Esse reino abrangia áreas que hoje pertencem a Angola, República Democrática do Congo e Gabão. Para enriquecer essa discussão, recorro ao professor Hilário Ferreira, militante do movimento negro e historiador especializado na diáspora africana e na história e cultura do povo negro do

---

<sup>7</sup> Professora de Psicologia no Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ), atua como docente permanente em programas de pós-graduação da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (PROFHISTÓRIA/UFRRJ) e da Fundação Oswaldo Cruz (PPGBIOS/FIOCRUZ). Psicóloga, mestra e doutora pela Universidade de Brasília (UnB), com pós-doutorado pelo CPDOC da Fundação Getúlio Vargas (FGV), é pesquisadora-líder do ODARA (CNPq/IFRJ) e pesquisadora visitante da Duke University. Foi pioneira na implementação do sistema de cotas para pessoas negras na UnB, atuando como assessora de diversidade e coordenadora do Centro de Convivência Negra. Também ocupou cargos no Ministério do Planejamento, na Presidência da República e em instâncias do sistema conselhos de psicologia, como o Conselho Federal de Psicologia. Recebeu importantes reconhecimentos, como a Medalha Chiquinha Gonzaga (2017), por indicação da vereadora Marielle Franco, o Diploma Bertha Lutz do Senado Federal e o prêmio de Pesquisadora Destaque pela Brazil Conference at Harvard and MIT (2024). Presidiu a Associação Brasileira de Estudos da Trans-Homocultura (ABETH) entre 2021 e 2023 e, atualmente, é conselheira eleita do Conselho Federal de Psicologia (2026–2029), além de professora visitante na EHESP, na França.

<sup>8</sup> Para mais informações consulte o livro de denúncias de Mendonça, disponível em: <https://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=2318685>

<sup>9</sup> Ver “Gestão do Indizível” de Michael Pollak (2010)

Ceará. Ele destaca que o tráfico atlântico de africanos foi um processo brutal e complexo, que teve um papel central na configuração das estruturas sociais, econômicas e culturais das Américas e da África (Ferreira, 2021).

De acordo com Hilário Ferreira (2021), os primeiros povos a serem traficados para a colônia portuguesa nas Américas, posteriormente chamada de Brasil, foram os Congos e os Angolanos, pertencentes ao grupo étnico-linguístico "Bantu". O autor destaca que não devemos falar em "Raça Bantu", mas sim no "Povo Bantu", pois esse grupo engloba diversos povos distintos que compartilham aspectos culturais e linguísticos comuns. O termo "Bantu", que significa "homens" ou "seres humanos", representa essa pluralidade, evidenciando a diversidade dentro dessa comunidade.

Xica Manicongo foi violentamente arrancada de seu território no Congo e submetida à brutalidade do tráfico negreiro, sendo levada para São Salvador, na colônia portuguesa. Ali, foi escravizada por Antônio Pires. Em 1591 foi acusada de sodomia por Matias Moreira, um português natural de Lisboa. Matias Moreira, uma testemunha e conhecedor das práticas culturais e sexuais africanas, tinha vivido em Angola e no Congo por certo período. Sua experiência é usada como legitimadora da denúncia, ao afirmar que conhecia as práticas dos quimbandas, termo que ele associava aos somíticos – um pecado abominável.

A partir da associação feita pelo denunciante entre os quimbandas e o termo "somítico paciente", Luiz Mott (2011) aprofunda a investigação sobre esses arquivos históricos, oferecendo uma perspectiva mais crítica sobre o que realmente significava ser um quimbanda. Essa análise contribui para a compreensão do contexto colonial, das práticas africanas e das formas como as identidades sexuais e culturais foram criminalizadas e distorcidas no período.

Mott identifica um relato de 1582, em que o padre Baltasar Barreiro descreve um quimbanda em Angola, figura espiritual respeitada. O quimbanda, tido como “Deus da água e da saúde”, era reverenciado por sua comunidade, mas foi capturado pelo olhar colonizador. Esse relato, comparado ao de 1591, na Bahia, mostra como práticas e figuras africanas foram reinterpretadas e criminalizadas na América Portuguesa. O quimbanda, líder espiritual, tornou-se símbolo de “desvio” e “pecado” sob a ótica inquisitorial, reforçando o controle colonial sobre corpos e culturas africanas.

O autor em suas análises sobre a história da sexualidade no Brasil e nas colônias portuguesas, recorre a fontes históricas para evidenciar práticas e expressões de gênero e sexualidade diversas em sociedades africanas no período colonial. No século XVII, Luiz Mott identificou documentos produzidos por autores italianos que descrevem as

práticas dos quimbandas. Entre esses relatos, destaca-se o de Antônio de Oliveira de Cadornega, que fornece descrições detalhadas sobre os quimbandas. Segundo Cadornega, essas figuras desempenhavam um papel central na vida espiritual e comunitária, mediando entre o mundo dos vivos e o dos espíritos. Ele narra que os quimbandas eram reconhecidos por sua influência e conhecimento, sendo consultados em questões de cura, adivinhação e rituais ligados à espiritualidade tradicional angolana:

Há entre o gentio de Angola muito sodomia, tendo uns com outros suas imundícies e sujidades, vestindo como mulheres. Eles chamam pelo nome de terra: Quimbandas, os quais no distrito ou terra onde há, têm comunicação uns com os outros. [...] Andam sempre de barba raspada, que parecem capões, vestindo como mulheres (Mott, 2011, p. 5).

Os relatos de Giovanni Antonio Cavazzi de Montecuccolo, em *Descrição Histórica dos Três Reinos, Congo, Matamba e Angola* (1687) cobrindo o período de 1645-1670, e de Antônio de Oliveira Cadornega, em *História Geral das Guerras Angolanas* (1681), são apontados por Luiz Mott (2011) como evidências históricas que comprovam as práticas dos quimbandas e *ngangas* no Reino de Angola no século XVII. Cavazzi descreve os quimbandas como sacerdotes que, ao vestirem-se e comportarem-se como mulheres, exerciam papéis espirituais influentes, apesar de sua visão moralista, que os retratava como "imorais". Já Cadornega, destaca a posição respeitada desses indivíduos na comunidade, sua atuação nos rituais funerários e sua influência religiosa:

Pela autoridade que gozam todos esses naganga, não há jaga, quer capitão na guerra, quer chefe de aldeia em paz, que não procure guardar algum deles consigo, **sem o conselho de aprovação do qual não se atreverá a exercer nenhum ato de jurisdição nem a tomar qualquer resolução** (Mott, 2011, p.4, grifo meu).

De acordo com Hilário Ferreira (2021), os povos bantus eram agricultores, conheciam a metalurgia e viviam em aldeias comandadas por um chefe, o Manicongo. Eles possuíam diferentes idiomas (embora todos derivados de uma mesma língua original) e tinham diversas tradições culturais. A partir dessa perspectiva, é profundamente enriquecedor considerar o pensamento de Ailton Krenak, filósofo, ativista, ambientalista e escritor, além de ser o primeiro indígena a ser imortalizado na Academia Brasileira de Letras (ABL). Em seu texto *Antes, o mundo não existia*,

publicado em 1992, o autor destaca que a memória oferece uma visão espiritual da vida, contrastando com a abordagem materialista da modernidade. Ele enfatiza a interdependência e a sacralidade de todas as formas de vida (Krenak, 1992).

A partir dessas perspectivas, é possível evidenciar que, ao resgatar a memória de Xica Manicongo, não estou abordando apenas questões de gênero e sexualidade e/ou os dispositivos de controle colonial. Sua memória me convoca a refletir também sobre outras dimensões, como as práticas religiosas e cosmológicas. Essas questões ampliam a compreensão de sua identidade, como propõe Maria Lugones (2014), revelando a complexidade de sua experiência.

Xica Manicongo também foi alvo de denúncias por adotar vestimentas com um pano amarrado para frente, associadas ao feminino, desafiando As Leis Manuelinas (1514-1521) e as Ordenações Filipinas (1603) que impunham uma rígida divisão entre os gêneros e regulavam o vestuário de acordo com o sexo e o status social, proibindo práticas como o “travestismo” e incentivavam a denúncia por meio de recompensas para os delatores, ampliando o controle social. O uso do pano amarrado para frente pode ser interpretado não apenas como uma transgressão das normas de gênero impostas pelas Leis Manuelinas e as Ordenações Filipinas, mas também como uma manifestação de sua identidade religiosa e cultural, como apresenta Hilário Ferreira (2021), que naquele contexto também foi algo de extrema perseguição. Essa expressão exemplifica a noção de resistência abordada por Beatriz Nascimento (1985), em *"O Conceito de Quilombo e a Resistência Cultural Negra"*. A autora destaca como os negros lutaram para manter sua identidade, e a resistência de Xica reflete essa luta pela preservação cultural e histórica contra a opressão colonial.

A análise de Maria Lugones (2014) me ajuda a compreender como essas imposições legais não se limitavam a aspectos normativos ou disciplinares, mas faziam parte de um projeto colonial mais amplo de dominação. Esse projeto incluía o apagamento de identidades e modos de existência e a imposição de uma lógica de gênero eurocêntrica, usada para desumanizar os povos colonizados e reconfigurar suas relações com o mundo. De acordo com Maria Lugones:

A transformação civilizatória justificava a **colonização da memória** e, conseqüentemente, das noções de si das pessoas, da relação intersubjetiva, da sua relação com o mundo espiritual, com a terra, com o próprio tecido de sua concepção de realidade, identidade e organização social, ecológica e cosmológica (Lugones, 2024, p. 938, grifo meu).

Nesse contexto, a visão colonial, conforme descrita por Lugones (2014), desempenhou um papel central na desumanização dos colonizados, retratando suas condutas, corpos e almas como "bestiais", "não gendradas" e "pecaminosas". Essa perspectiva foi sustentada, sobretudo, pela colonização da memória, que, como aponta a autora, constitui um processo de profunda reconfiguração das bases culturais e identitárias. Esse mecanismo serviu para justificar práticas coloniais sob o pretexto de uma suposta "transformação civilizatória", apagando saberes ancestrais e impondo valores que desarticulavam cosmologias e modos de existência locais. De acordo com a autora, “a colonialidade do gênero permite-me compreender a opressão como uma interação complexa de sistemas econômicos, racializantes e engendrados, na qual cada pessoa no encontro colonial pode ser vista como um ser vivo, histórico, plenamente caracterizado.” (Lugones, 2014, p. 941).

A autora utiliza os conceitos de colonialidade do ser e colonialidade do poder, desenvolvidos pelos intelectuais pós-coloniais Maldonado Torres e Aníbal Quijano, para analisar as dinâmicas de dominação e desumanização impostas pelo colonialismo. No entanto, ela amplia a análise de Aníbal Quijano<sup>10</sup> sobre o sistema de poder capitalista global, criticando sua visão restrita do gênero, limitada ao acesso sexual das mulheres.

Ao adotar o termo colonialidade, a autora vai além da classificação de povos em termos de poder e gênero, e propõe que ele também se refira ao processo de desumanização que subjuga as pessoas, transformando-as em objetos de classificação e negando sua humanidade. A autora, assim, expande essa crítica para as implicações mais amplas da colonialidade, que atravessa múltiplos aspectos da vida social, cultural, religiosa, cosmológica e política, perpetuando a exclusão e sobretudo a violência.

Após ser denunciada, Xica Manicongo foi julgada pelo Tribunal da Igreja Católica responsável por punir crimes de heresia, e condenada à pena de ser queimada viva em praça pública e ter seus descendentes desonrados até a terceira geração, que ficariam "*inabiles e infames*". Diante da situação, ela foi confrontada e colocada com uma ameaça brutal: se não se conformasse às normas impostas, enfrentaria a pena de morte, sendo queimada viva. De acordo com Jaqueline de Jesus (2019) “[...] o que se

---

<sup>10</sup> Desde o final da década de 1990, as pesquisas de Aníbal Quijano (1928-2018) sobre a colonialidade, que é um conjunto de estudos que passou a ser articulado, tem retomado uma série de problemas históricos-sociais que eram considerados encerrados nas ciências sociais latino-americanas. A revisão da constituição histórica da modernidade e de suas transformações. As discussões se ampliaram quando a categoria colonialidade foi pensada como o reverso da modernidade. Uma configuração como muito bem expôs Arturo Escobar do projeto Modernidade/Colonialidade/Decolonialidade (MCD), a discussão se estendeu a ultrapassou as fronteiras americanas, tornando-se uma categoria de uso comum, diversos profissionais de várias áreas do conhecimento.

comenta é que Xica, para continuar viva, abriu mão de se vestir como lhe convinha e adotou o estilo de vestimenta tradicional para os homens da época” (p. 253).

Esses documentos oriundos da Inquisição revelam não apenas os aspectos da repressão sexual e da violência institucional direcionada a indivíduos que transgrediram as normas de raça, gênero e sexualidade, mas também expõem como sua identidade foi interpretada e mantida sob uma perspectiva que não conseguia dar conta de sua complexidade. No caso de Xica Manicongo, essa lógica categorial moderna-colonial relegou sua existência àquilo que era legível dentro do pensamento colonial, ou seja, a homossexualidade masculina.

De acordo com Maria Lugones (2014), as categorias modernas-coloniais são ferramentas complexas: “Sob o quadro conceitual do gênero imposto, os europeus brancos burgueses eram civilizados; eles eram plenamente humanos” (p. 936). Pensar essa invisibilização implica entender como a modernidade produziu experiências de gênero e sexualidade dissidentes para encaixá-las numa lógica categorial desumanizada. Conforme argumenta a autora:

**Eu compreendo a hierarquia dicotômica entre o humano e o não humano como a dicotomia central da modernidade colonial.** Começando com a colonização das Américas e do Caribe, uma distinção dicotômica, hierárquica entre humano e não humano foi imposta sobre os/as colonizados/as a serviço do homem ocidental (Lugones, 2014, p. 936, grifo meu).

Jaqueline de Jesus (2019), em seu trabalho, destaca como as narrativas históricas, muitas vezes, moldam e limitam a compreensão de sujeitas cujas identidades desafiavam as construções normativas da época. Ela me proporciona uma análise crítica sobre como essas sujeitas eram subjugadas, e como eram desconsideradas as dinâmicas interseccionais de raça, gênero, sexualidade e religiosas próprias de seus contextos. A autora ainda propõe uma releitura que resgata e reconhece a diversidade dessas experiências. De acordo com a autora:

A arca da História prosseguiu, e até fins do século XX, Xica Manicongo ainda era, erroneamente (porém explicável, tendo em vista as limitadas informações então disponíveis e a invisibilização e silenciamento impostos à população trans), **considerada homossexual, o que apagava a sua existência como travesti** (Jesus, 2019, p. 253, grifo meu).

De acordo com Jesus (2019), e Mott<sup>11</sup> (2025), em 2010, os movimentos sociais, aliados à atuação da ativista travesti negra Marjorie Marchi<sup>12</sup>, que teve uma contribuição para a visibilização de memórias e histórias de pessoas trans e travestis no Brasil, uma das principais lideranças dos movimentos LGBT, com a Associação de Travestis e Transexuais do Rio de Janeiro ASTRAL-Rio, após 419 anos, Xica Manicongo foi reconhecida como travesti, um marco importante para a valorização de memórias apagadas pela colonialidade. Esse movimento de resgate de memórias é reflexo do que Jöel Candau (2023), antropólogo francês, explora a partir da antropologia da memória, propondo que memória e identidade se interligam e se influenciam mutuamente. O autor analisa como diferentes vivências e percepções do mundo contribuem para a formação das identidades culturais e refletem as dinâmicas da memória nas sociedades contemporâneas. Para Candau:

Não há sociedades que sejam absolutamente imóveis, e hoje é diferente de ontem como ontem difere de antes de ontem, mesmo que seja incontestável que as mudanças se acelerem. [...] **De fato, não é tanto do desaparecimento dos meios de memória que seria importante falar, mas de sua transformação: enquanto durante muito tempo certos membros da sociedade (o ancestral, o chefe, o antigo combatente) eram reconhecidos como os únicos portadores legítimos da memória e identidade coletiva.** [...] Por isso mesmo a produção da memória se torna mais abundante, mais dispersa e fragmentada, por vezes inesperada, com frequência menos visível e menos espetacular que no tempo das grandes “sociedades-memória” (Candau, 2023, p.194, grifo meu).

A ideia de memórias vivas, que coexistem tanto no presente quanto no passado, é reforçada também pela citação de Jaqueline de Jesus (2019): “Mais uma Francisca entre tantas que lutam cotidianamente para sobreviver, em meio ao ódio e ao preconceito que nos cerca, ontem e hoje” (p. 252). Ainda sobre essa perspectiva da nomeação Abigail Campos Leal, em sua obra *Xica Manicongo*, exposta durante a 35º Bienal de São Paulo, no ano de 2023, traz uma reflexão em um texto que acompanha a obra, dizendo o seguinte:

---

<sup>11</sup> Grupo Gay da Bahia. (2025). *O retrato falado de Xica Manicongo*. Disponível em: <https://grupogaydabahia.com.br/o-retrato-falado-de-xica-manicongo/>

<sup>12</sup> Marjorie Marchi, importante ativista travesti negra brasileira, conhecida por sua militância na luta pelos direitos das pessoas trans e travestis, e pela visibilidade da população LGBTQIA+. Reconhecida como uma das primeiras figuras públicas a abrir debates sobre questões de raça, sexualidade e identidade de gênero no Brasil.

Manicongo é uma forma distorcida de dizer Mwene Kongo, senhor do Congo; já Xica foi uma forma que dissidentes de gênero, sobretudo pretas, utilizaram para resgatá-la de uma nomeação violenta cujo mundo da escravidão lhe havia endereçado: Francisco. Assim, Xica Manicongo é uma forma de fabular a assinatura sônica dessa criatura cuja beleza insondável jamais iremos ouvir. (Leal, 2023, p.255).

Abigail Campos Leal<sup>13</sup>, essa reflexão trazida pela autora, me conduz a um questionamento fundamental: qual é a importância de nomear e reinscrever figuras históricas como Xica Manicongo para esses movimentos de travestis? Em debates que acompanhei, ouvi argumentações que classificam essa prática como "diacrônica", mas não no sentido etimológico do termo — de algo que atravessa o tempo —, e sim em uma acepção que sugere negação e arbitrariedade. Nesse cenário, destacam-se intelectuais que se posicionam de forma crítica a essas ideias. Entre elas, a jornalista e antropóloga Dediane Souza (2024), que propõe uma perspectiva diferente ao afirmar que:

Xica Manicongo é importante para a construção de uma narrativa, com profundidade que, na contemporaneidade, chamamos de transexualidade e/ou travestilidade. Isso é fundamental para pensar a categoria travesti no Brasil. **Dar centralidade e visibilidade à existência de Xica Manicongo, em outro tempo, é importante para possibilitar outras invertidas, para que nossas memórias não sejam apagadas.** (Souza, 2024, p. 71, grifo meu).

As contribuições de Dediane Souza (2024), Jaqueline de Jesus (2019) e Jöel Candau (2023) me propõe a refletir sobre a construção da memória travesti, analisando como essa identidade foi abordada em diferentes contextos históricos e como ela é compreendida na contemporaneidade. Os corpos travestis, ao longo da história, foram sistematicamente perseguidos e criminalizados, desde os registros inquisitoriais até as narrativas contemporâneas presentes nos diários policiais. Essa continuidade histórica reflete um padrão de controle e vigilância que molda esses corpos como ameaças à ordem social, associando-as à perturbação e transgressão. Conforme nos apresenta Jaqueline de Jesus (2019):

A presente reconstrução da trajetória dos usos da história de Xica Manicongo visa a reiterar **o caráter de seleção e reconstrução contínua da memória coletiva**, a partir do processo de identificação

---

<sup>13</sup> Abigail Campos Leal é travesti, é ativista literária e palavrística, também se dedica à produção cultural e à curadoria, transitando entre os limites da filosofia e da poesia. é pesquisadora, com a seguinte formação: graduação em Geografia pela Universidade Federal Fluminense (2012), mestre em Ética Aplicada pelo PPGBIOS (UFF, 2014) e doutora em Filosofia pela PUC São Paulo (2024). Além disso, é multiartista, tendo atuação destacada nas áreas da poesia, performance, fotografia, desenho, bem como curadoria e crítica de arte.



dos indivíduos com os seus grupos (Jesus, 2014, p. 6, apud Jesus, 2019, p. 251, grifo meu).

A nomeação faz parte de uma estratégia de contestação ao apagamento histórico e à exclusão, permitindo a construção de uma memória coletiva que se conecta com as lutas e resistências das travestis ao longo do tempo. Uma vez que, de acordo com (Jesus, 2018, p. 380, apud Souza, 2024, p. 107) “[...] nomear é uma marca extremamente importante da existência das pessoas, das comunidades e dos povos. Há que se pensar a construção de nomear e dizer quem é quem”. Essa prática de nomeação, ancorada na fabulação crítica e na agência dos movimentos sociais e artísticos, recusam a arbitrariedade e reafirmam a importância de disputar os sentidos atribuídos à memória e à história das travestis no Brasil. Conforme nos apresenta Aleida Assman:

Para que os resíduos de produção que foram excluídos de seu contexto de uso original possam ter alguma chance de sobrevivência num arquivo e museu, **eles devem ter a qualidade de vestígios que sobrevivem ao “dante do tempo”** (essa expressão coloquial em alemão, *der Zahn der Zeit*, conserva uma lembrança vaga da figura alegórica do *tempus edax*) por meio de sua materialidade robusta. “Arquivo” e “pilha de “lixo” podem ser compreendidas acima de tudo como emblemas e sintomas de lembranças e do esquecimento culturais, e é por essa função que artistas, filósofos e cientistas se interessam cada vez mais nas últimas décadas (Assman, 2011, p. 411-412, grifo meu).

Nesse sentido, de acordo com a autora, ao analisar esses fragmentos, posso captar os elementos que sobrevivem ao tempo. Xica Manicongo reivindica sua humanidade por meio do próprio corpo, e esse "resto" ou "fragmento" de sua existência torna-se, em si mesmo, um ato radical de ao "dante do tempo”. Em relação às violências coloniais, Achille Mbembe (2016) me faz refletir que ela não se apresenta como um objeto passivo da história, mas como alguém que se afirma ativamente, ressignificando sua identidade e memória diante da opressão:

Apesar do terror e da reclusão simbólica do escravo, ele ou ela desenvolve compreensões alternativas sobre o tempo, sobre o trabalho e sobre si mesmo. Esse é o segundo elemento paradoxal do mundo colonial como manifestação do estado de exceção. Tratado como se não existisse, exceto como mera ferramenta e instrumento de produção, o escravo, apesar disso, é capaz de extrair de quase qualquer objeto, instrumento, linguagem ou gesto uma representação, e ainda lapidá-la. Rompendo com sua condição de expatriado e com o puro mundo das coisas, do qual ele ou ela nada mais é do que um fragmento, **o escravo é capaz de demonstrar as capacidades polimorfos das relações humanas por meio da música e do próprio**

**corpo, que supostamente era possuído por outro** (Mbembe, 2016, p. 132, grifo meu).

O ato de Xica Manicongo ter sido denunciada por usar um "pano amarrado para frente, como mulher", e por práticas sodomíticas, pode ser interpretado como uma reapropriação de sua corporeidade e uma forma de resistência ao processo de desumanização imposto pelo regime colonial. Essa ação reflete a ideia proposta por Mbembe (2016), que destaca como, mesmo sob condições extremas de violência e controle, o indivíduo escravizado era capaz de ressignificar o tempo e o mundo ao seu redor. A partir do seu corpo, Xica Manicongo encontrou maneiras de expressar sua identidade, humanidade, espiritualidade e agência, preservando, assim, sua memória.

Como aponta Castiel Brasileiro<sup>14</sup> (2022), artista, escritora e psicóloga brasileira cuja produção artística aborda temas como a cultura e a espiritualidade Bantu, colonialidade, sexualidade e a desconstrução de identidades fixas. De acordo com a autora, a visão linear do espaço-tempo restringe a percepção da vida e da memória, que, na verdade, são espiraladas e contínuas, fluindo de maneira não sequencial. Assim, acionar a memória se torna um ato de desfazer, reorganizar e desestabilizar as narrativas dominantes, dando espaço para novas formas de saber e existência.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo discute como a memória travesti é construída de forma contínua, enfrentando o apagamento histórico causado pelo colonialismo. A partir de diferentes autoras e autores, proponho mostra que o regime colonial não só explorou povos, mas também impôs uma visão eurocêntrica que desumanizou corpos dissidentes de gênero, raça e cultura. Nesse contexto, a memória de Xica Manicongo é utilizada como exemplo central. Sua existência aparece apenas em registros da Inquisição, que a retratam de forma distorcida e violenta. Para lidar com essas lacunas, o trabalho utiliza o conceito de fabulação crítica, que busca reconstruir narrativas e devolver humanidade às pessoas silenciadas pelos arquivos.

A análise evidencia que a violência colonial não foi apenas física, mas também simbólica, afetando identidades, espiritualidades e formas de existência. No caso de

---

<sup>14</sup> Castiel Vitorino Brasileiro é travesti, artista, escritora e psicóloga clínica. Participou da 35ª Bienal de São Paulo (2023), da 11ª Bienal de Arte Contemporânea de Berlim (2020) e de exposições no Centro Cultural São Paulo, Museu de Arte do Rio e Pinacoteca de São Paulo. Autora do livro *Quando o sol aqui não mais brilhar: a falência da negritude* (2022). Sob a aparência de um manual de anatomia do século XIX, *A anatomia da água* é um manifesto libertário e biográfico.

Xica, práticas culturais e religiosas africanas foram criminalizadas, e sua identidade de gênero foi reduzida às categorias limitadas da época.

Por fim, apresento que movimentos sociais contemporâneos têm papel fundamental na reconstrução dessa memória. A nomeação de Xica Manicongo como travesti, séculos depois, é um ato político que combate o apagamento histórico e fortalece a construção de uma memória coletiva travesti, essencial para pensar identidade, poder e memória.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, Pietra Conceição Azevedo da Silva. **"As travas de jardim são unidas"**: etnografia da performance identitária das travestis em contextos rurais e interioranos do sertão potiguar. 2020. 117 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2020.7

ASSMAN, Aleida. **Espaços da recordação**: formas e transformações da memória cultural. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 2011.

HAMPATÉ BÂ, Amadou. A tradição viva. In: **História Geral da África**. Editado por Joseph Ki-Zerbo. 2ed. Brasília: UNESCO, 2010.

BAPTISTA, Jean; BOITA, Tony. **Protagonismo LGBT e museologia social: uma abordagem afirmativa aplicada à identidade de gênero**. *Museologia Social*, v. 27, n. 41, 2014. Disponível em: <https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/article/view/2602>. Acesso em: 18 nov. 2024.

BOITA, Tony Willian. **Cartografia etnográfica de memórias desobedientes**. 2018. 211 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2018.

BRASILEIRO, Castiel Vitorino. **Quando o sol aqui não mais brilhar**: a falência da negritude. 1. ed. São Paulo: Hedra, 2022.

BOITA, Tony; BAPTISTA, Jean Tiago; HABIB, Ian; SABARÁ, Deborah. *Museologia Comunitária LGBT+: Museu Transgênero de História da Arte e Ponto de Memória Aquenda as Indacas no ensino de Museologia*. **Museologia & Interdisciplinaridade**, [S. l.], v. 11, n. 21, p. 18–28, 2022. DOI: 10.26512/museologia.v11i21.41417. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/museologia/article/view/41417>. Acesso em: 12 fev. 2025.

CANDAU, Joël. **Memória e Identidade**. Tradução: Maria Leticia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2023.

CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre o colonialismo**. Trad. Noêmia de Sousa. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1978.

DERRIDA, Jacques. **Mal de arquivo**: uma impressão freudiana. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1961.

FERREIRA, Hilário. A identidade negra e africana do cearense. **Revista Historiar**, [S. l.], v. 13, n. 24, p. 224–238, 2021. Disponível em: [//historiar.uvanet.br/index.php/1/article/view/400](http://historiar.uvanet.br/index.php/1/article/view/400). Acesso em: 4 fev. 2025.

HARTMAN, Saidiya. 2020. Vênus em dois atos. **Revista ECO-Pós**, 23(3), p. 12–33. Disponível em: <https://doi.org/10.29146/eco-pos.v23i3.27640>. Acesso em: 07 nov. 2021.

HUYSEN, Andreas. **Culturas do passado-presente**: modernismos, artes visuais, políticas da memória. Rio de Janeiro: Contraponto; Museu de Arte do Rio, 2014. (Coleção ArteFíssil).

JESUS, Jaqueline Gomes de. XICA MANICONGO: A TRANSGENERIDADE TOMA A PALAVRA. **Revista Docência e Cibercultura**, [S. l.], v. 3, n. 1, p. 250–260, 2019. DOI: 10.12957/redoc.2019.41817. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/re-doc/article/view/41817>. Acesso em: 5 jun. 2024.

KILOMBA, Grada. Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2019.

KRENAK, Ailton. **Antes, o mundo não existia**. In: NOVAES, Adauto (Org.). Tempo e história São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

LEAL, Abigail Campos. **Xica Manicongo**. In: 35ª Bienal de São Paulo: coreografias do impossível: guia. São Paulo: Bienal de São Paulo, 2023. p. 254-255. Disponível em: [https://35.bienal.org.br/wp-content/uploads/sites/3/2023/09/35bsp-guia\\_pt-issuu-compressed.pdf](https://35.bienal.org.br/wp-content/uploads/sites/3/2023/09/35bsp-guia_pt-issuu-compressed.pdf). Acesso em: 2 jun. 2024.

LUGONES, M. Rumo a um Feminismo descolonial. **Revista Estudos Feministas**, v. 22, n.3, p. 935-952, set. 2014.

MIGNOLO, Walter D.. COLONIALIDADE: O LADO MAIS ESCURO DA MODERNIDADE. **Rev. Bras. Ci. Soc.** [online]. 2017, vol.32, n.94, e329402. Epub June 22, 2017. ISSN 1806-9053.

MOTT, L. Feiticeiros de Angola na inquisição portuguesa. **Mneme - Revista de Humanidades**, [S.l.], v. 12, n. 29, 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/mneme/article/view/1080>. Acesso em: 4 fev. 2025.

POLLAK, Michel. Memória e Identidade Social. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, FGV, v. 10, 1992.

POLLAK, Michel. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, v. 2, n.3, 1989.

SILVA, Francisco Rômulo do Nascimento; CARVALHO, Nívea Torres Neves de. Políticas afirmativas na cultura do estado do Ceará. **O Público e o Privado**, Fortaleza, v. 22, n. 47, p. 59–86, 2024. DOI: 10.52521/opp.v22n47.14287. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/opublicoeoprivado/article/view/14287>. Acesso em: 4 fev. 2025.

SANTOS, Maria Olisa de Oliveira. **Entre o medo e o esquecimento da travesti:** fabulações a partir dos inquéritos policiais sobre a morte de Chiquinha no interior do Ceará. 2026. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2026.1

SANTOS, Maria Olisa de Oliveira. **Entre o medo e o esquecimento da travesti:** uma reflexão sobre o estigma e a invisibilização social de Chiquinha do Pedregal de Aracati-CE. 2026. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2026.1

SOUZA, Dediane. **Dando o nome:** narrativa de humanidade de travestis. Fortaleza: Editora UFC, 2024.